

A posição da imaginação na epistemologia aristotélica

The position of the imagination in Aristotelian epistemology

Vitor Duarte Ferreira

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor e coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia na Faculdade Católica de Feira de Santana (FCFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil.

vdfisica@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2026877445063615>

Resumo

Busca-se nesse trabalho discutir a posição da imaginação (*phantasia*) dentro da epistemologia aristotélica a partir do terceiro livro da obra *De anima (Peri psychês)* de Aristóteles. Para alguns comentadores, a imaginação estaria mais alinhada ao lado da sensação ou percepção sensível (*aisthêsis*) e não do intelecto ou pensamento (*noêsis*). O trabalho visa demonstrar o contrário a partir do texto aristotélico. Para tanto, os conceitos de imaginação, sensação e pensamento serão brevemente caracterizados; em seguida, analisado o capítulo 3 do livro III do *De Anima*, no qual Aristóteles delimita os limites de atuação da *phantasia* contrapondo-o a outros conceitos, tais como sensação (*aisthêsis*), opinião (*doxa*), suposição (*hypolêpsis*), raciocínio (*diánoia*) e pensamento (*noêsis*). O estudo dessa diferenciação acaba por delinear quais são os atributos fundamentais da imaginação que a tornam inseparável do pensamento, bem como explicita a sua relevância dentro da epistemologia aristotélica e da Teoria do Conhecimento posterior.

Palavras-chave: Imaginação. Sensação. Pensamento.

Abstract

This work seeks to discuss the position of imagination (*phantasia*) within Aristotelian epistemology from the third book of Aristotle's *De anima (Peri psychês)*. For some commentators, imagination would be more aligned with sensible sensation or perception (*aisthêsis*) and not with intellect or thought (*noêsis*). The work aims to demonstrate the opposite, from the Aristotelian text. Therefore, the concepts of imagination, sensation and thought will be briefly characterized; then, chapter 3 of book III of *De Anima* is analyzed, in which Aristotle



delimits the limits of the action of *phantasia* in opposition to other concepts, such as sensation (*aisthêsis*), opinion (*doxa*), assumption (*hypolêpsis*), reasoning (*dianoia*) and thinking (*noêsis*). The study of this differentiation ends up delineating what are the fundamental attributes of imagination that make it inseparable from thought, as well as explicit its relevance within Aristotelian epistemology and the later Theory of Knowledge.

Keywords: Imagination. Sensation. Thought.

Introdução

O tema principal desse trabalho é a imaginação segundo Aristóteles. Seu título condiz com o seu objetivo principal, qual seja, situar a posição da *phantasia* (geralmente traduzido por “imaginação”) dentro do campo da epistemologia aristotélica. Para tanto, inevitavelmente abordaremos, mesmo que brevemente, os conceitos correlatos de *aisthesis* (αἴσθησις – podendo ser traduzido por “sensação”) e *noêsis* (νόησις – pensamento ou intelecto). Trata-se de três conceitos importantes no campo da psicologia aristotélica, especialmente a *phantasia*, cujo tema ainda é objeto de vários estudos e desenvolvimentos por parte de comentadores de ontem e de hoje. Vale ressaltar que esta apresentação não tratará das discussões entre os vários comentadores em torno dos referidos conceitos. Seu intuito é mais modesto, qual seja, discutir, a partir do texto aristotélico, qual a posição epistemológica da imaginação, demonstrando a sua importância para a epistemologia posterior. Claro que, de uma forma ou de outra, dialogaremos com algum comentador que verse sobre o tema em questão. Mas isso não é a prioridade do trabalho.

Os conceitos de imaginação (*phantasia*), sensação ou percepção sensível (*aisthêsis*) e inteligência ou pensamento (*noêsis*) são inegavelmente relevantes para o estudo da chamada “epistemologia” aristotélica¹. Para o termo grego *phantasia* utilizaremos o termo “imaginação”. Da mesma forma, para os termos *aisthêsis* e *noêsis* usaremos “sensação” e “pensamento” respectivamente.

Embora os conceitos de sensação e pensamento tenham recebido ao longo do tempo uma maior atenção da parte dos comentadores, o caso do conceito de imaginação ficou, por assim dizer, inexplorado. A partir dos estudos posteriores no campo da teoria do conhecimento, no mundo moderno e contemporâneo, a imaginação entrou novamente no cenário filosófico, especialmente nos estudos ligados ao desejo, à ética aristotélica e, claro, nas investigações ligadas à epistemologia –

¹ Colocamos o termo entre aspas dada a dificuldade de se compreender uma epistemologia pura em Aristóteles. A sua epistemologia encontra-se marcada por uma certa fisiologia e psicologia, nas quais o filósofo investiga as causas e problemas do conhecimento de forma geral. Chamamos essa “mistura” de campos, característica da filosofia antiga, de epistemologia.



campo que mais nos interessa aqui. A imaginação ganhou corpo entre filósofos reconhecidos, como Descartes (cf. 1962), John Locke (cf. 1999) e David Hume (cf. 1980), para a determinação do conhecimento. Mais tarde vemos o filósofo de origem grega, Cornelius Castoriadis, estender o conceito aristotélico de imaginação à política (cf. CASTORIADIS, 1982; 1987). Ela seria agora uma instância psíquica fundamental para os estudos gerais da chamada teoria do conhecimento, uma vez que se estabeleceu a imagem – “produto” direto da capacidade imaginativa da alma – entre o objeto e o sujeito de conhecimento. Para todo e qualquer objeto haveria uma imagem ou “representação”, nos termos de alguns filósofos modernos, entre tal objeto e o sujeito cognoscente. E todo e qualquer sujeito consciente pensaria as coisas do mundo a partir dessas imagens.

Daí se poder pensar a relevância da epistemologia aristotélica para a história do pensamento filosófico: Aristóteles foi o primeiro filósofo a determinar a imaginação como uma instância psíquica situada entre a sensação, o ato perceptivo dado a partir dos cinco sentidos, e o pensamento propriamente dito – seja o pensamento reflexivo (*diánoia*), seja o pensamento intuitivo (*noêsis*).

Na obra *De Anima*, especialmente no livro III, Aristóteles demonstra as relações existentes entre a imaginação (*phantasia*), a sensação e o intelecto ao afirmar, no capítulo 3, que sem percepção sensível (*aisthêsis*) não haveria imaginação (*phantasia*) e sem esta não seria possível a atividade intelectual da alma. Por outro lado, a *phantasia* não é nem percepção sensível nem pensamento ou intelecção. A partir desta posição, alguns comentadores tentaram alocar epistemologicamente a imaginação como algo mais próximo ou ao lado da percepção sensível em detrimento da parte intelectual da alma. Nosso problema então consiste em debater com Aristóteles e com esses comentadores a respeito da real posição da imaginação na epistemologia aristotélica, uma vez que o filósofo defende que não podemos pensar sem imagens.

Vejam a partir de agora como Aristóteles aborda o tema da imaginação no seu tratado sobre a alma (*De Anima* – abreviadamente *DA*)². Antes se fará uma breve apresentação de cada um dos termos para em seguida se discutir a posição da imaginação na epistemologia aristotélica.

Breve caracterização dos termos “imaginação”, “sensação” e “pensamento”

Phantasia (Φαντασία) é um termo grego tradicionalmente traduzido por “imaginação”. O termo decorre de dois outros importantes termos gregos. O primeiro deles é a raiz *pháos*, que significa literalmente “luz” – luz do dia, do sol, de um astro (BAILLY, 2000, p. 2053). Aristóteles explica que

² *DA* é uma abreviação da obra *De Anima*.



phantasia deriva de *phaos* “porque sem luz não há o ato de ver” (2012, p. 113 / *DA* III 3, 429a2)³. A luz faz aparecer os objetos à visão da mesma forma – assim sugere a analogia – que a imaginação faz aparecer imagens (*φαντάσματα* / *phantasmata*) na alma.⁴

O outro termo grego é o verbo *phaino*. Esclarece Cappelletti:

[...] *phantasia* vincula-se com o verbo *phaino*, que significa “mostrar”, “aparecer” ou “manifestar”, e também “revelar”, “presentar” [tornar-se presente]. Desta forma, poderia traduzir-se substantivado como “mostração”, “aparição”, “manifestação”, “revelação” ou “apresentação”. Em consequência, o *phantasma*, produto da *phantasia*, seria “o mostrado”, “o aparecido”, “o manifestado”, “o revelado” ou “o apresentado” (CAPPELLETTI, 1980, p. 115) [tradução livre]

Portanto, há um forte vínculo etimológico entre *phaino*, *phantasia* e *phantasma*. Em um sentido, *phantasia* é a capacidade, faculdade ou potência (*δύναμις* / *dýnamis*) que a alma possui de mostrar, fazer aparecer ou manifestar (*phaino*) o *phantasma* (a imagem, o mostrado ou aparecido). Assim, temos que imaginação é uma potência da alma que faz com que os dados dos objetos sensíveis, apreendidos em sua forma, venham à luz, apareçam, se manifestem ao “sujeito” cognoscente na forma de imagem. Daí a definição geral dada por Aristóteles no *De Anima*: “A imaginação é aquilo em virtude do qual podemos dizer que se origina em nós uma imagem” (2012, p. 110; *DA*. III, 3, 428a1). Aprofundaremos posteriormente o seu conceito.

“Sensação” por sua vez é uma das traduções do termo grego *αἴσθησις* (*aisthêsis*), que tanto pode significar “sensação”, quanto “capacidade de perceber através dos sentidos” (BAILLY, 2000, p. 49), quanto “percepção sensível” (GOMES DO REIS, 2012, p. 343), ou mesmo sensibilidade ou sensopercepção. De todo modo, significa uma atividade ou potência anímica-corporal de perceber e ser afetado pelos chamados “sensíveis” (objetos do sentido, objetos sensíveis, por serem físicos, conterem matéria e estarem inseridos no chamado “mundo sensível” enquanto objetos do mundo sublunar). De qualquer forma, adotamos o termo “sensação”, embora não seja tão bom e traga uma conotação moderna de ser uma experiência subjetiva do sujeito no ato de sentir através dos sentidos. Esse certamente não é o único sentido para o termo grego.

³ Além do sistema de citação autor-data, adotaremos a citação clássica no campo da pesquisa em filosofia antiga, qual seja: obra (abreviada), livro, capítulo e linha. Exemplo: (ARISTÓTELES, *DA* III 3, 428a 2), no qual se lê respectivamente Aristóteles, obra *De Anima*, livro III, cap. 3, linha 428a 2. A razão é que trata-se de uma obra clássica da filosofia, na qual soa estranho citar (ARISTÓTELES, 2012, p. 12) quando para os filósofos e para a pesquisa em filosofia, não importa a edição da obra, como ocorre no campo da ciência, e sim a linha específica na qual o trecho foi mencionado, seja qual for a tradução utilizada.

⁴ Para aqueles que tiverem interesse em aprofundar mais sobre o conceito, ver Ferreira (2017) e Pinto (2014).



Em Aristóteles, sensação é uma certa afecção dupla, ou seja, da alma e do corpo, portanto, psicofísica. Nesta afecção, a faculdade sensitiva, ao sofrer a afecção de um objeto sensível, passa de potência a ato e identifica-se formalmente à coisa percebida. A coisa percebida e o ato perceber se igualam, segundo a explicação do filósofo. Aquilo que era um dado exterior, a própria coisa sensível externa ao sujeito percipiente, agora torna-se objeto percebido pela alma que pensa e sente. Esta “coisa exterior” causa a atualização da faculdade ou potência, constituindo-se nesta relação um objeto sensível (cf. ZINGANO, 1998, p. 16). Ou seja, aquilo que fica impresso como objeto sensível naquele que percebe é o produto da relação da percepção desse objeto externo percebido com aquele que percebeu – os animais em geral e os seres humanos de forma mais particular, já que possuem pensamento. É nesse ponto exato que entra o papel da imaginação, qual seja, o de criar “imagens mentais”, no caso dos seres humanos, espécie de cópias daquelas impressões sensíveis sofridas pelo sujeito percipiente.

E da mesma forma que a palavra “sentir” pode ser vista sob duas acepções, como ato ou potência, a palavra “sensação” tem também duas acepções: “una em potencia y la otra en acto” (ARISTÓTELES, 1978, p. 185; *DA* II 5, 417a10). Enquanto potência, a sensação constitui a capacidade que a alma tem de perceber a afecção dos sensíveis por meio dos sentidos. Enquanto ato, constitui a própria “ação” atividade de perceber ou sentir os sensíveis (ou objetos sensíveis) – que em Aristóteles podem ser de três tipos: os sensíveis próprios, os sensíveis comuns e os sensíveis por acidente⁵. Outros aspectos da sensação serão deixados de lado, dados os propósitos desse artigo⁶.

Já “pensamento” é uma tradução do termo grego *noêsis* (νόησις). Na famosa metáfora da linha dada por Platão em *A República* (1965, p. 97-104), distingue-se a *diánoia* – o pensamento reflexivo que tem por objeto os entes matemáticos – de outra espécie de pensamento, a *noêsis*, que tem por objeto as próprias Formas puras ou Ideias. Essas duas instâncias da alma racional formam o verdadeiro conhecimento para Platão, a *epistêmê* ou *ciência* conforme os latinos, distinta por sua vez da crença (*pístis*) e da suposição (*eikasía*), ambas pertencentes ou atuantes no campo da opinião (*doxa*). Aristóteles inegavelmente herda o termo *noêsis* do seu mestre, embora o tome como uma espécie de pensamento intuitivo, que intui diretamente os primeiros princípios do verdadeiro

⁵ De forma resumida, chama-se de *próprias* as sensações cujos órgãos dos sentidos correspondem propriamente aos seus objetos sensíveis (a cor para a visão, o sabor para o gosto, o som para a audição e assim sucessivamente). Já os objetos *sensíveis comuns* são aqueles que podem ser percebidos por mais de um sentido, tal como o movimento, a figura e a grandeza de um sensível. O objeto *sensível por acidente* é aquele percebido acidentalmente por meio de outro sensível, tal como o branco que ocorre ser de Cálidas. De forma geral, são relações fundamentais entre sensíveis e sentidos da alma.

⁶ Recomendamos a leituras de Aggio (2006; 2007), Fabro (1978) sobre o assunto. Bem como Burnyeat (2002), Zingano (1998) e Boeri (2010).



conhecimento, a ciência (*epistêmê*). E o pensar envolve o modo correto e o incorreto. No correto têm-se três espécies de pensar: “o entendimento, a ciência e a opinião verdadeira, e o incorreto, o contrário deles” (ARISTÓTELES, 2012, p. 110; *DA III 3*, 427b9). Tal como no caso da sensação e da imaginação, e a despeito de haver em Aristóteles dois tipos de intelecto⁷, Aristóteles concebe o pensamento em dois aspectos: em ato – o pensar em atividade – e em potência – o *nôus*, a faculdade de pensar ou produzir pensamentos. Nesse sentido concebe-se duas funções para o pensamento: uma passiva e outra ativa. A parte passiva do intelecto recebe as formas inteligíveis enquanto potência (cf. *DA III 4*, 429a15-16); a ativa produz objetos inteligíveis enquanto atividade, o pensar em ato, cujo resultado é o conhecimento fundado na verdade contrário à opinião: a ciência ou *epistêmê*.⁸

Dadas estas breves explicações iniciais, podemos agora investigar a posição da imaginação frente à sensação e o pensamento.

A posição da imaginação no *DA III 3*

Aristóteles abre o capítulo 3 do livro III do *De Anima* delimitando o que ele entende por pensar ao tempo em que tece uma crítica aos seus predecessores. Segundo ele, os “antigos” defendiam a tese de que o “entender o mesmo que perceber”, o que cita Empédocles e um verso de Homero (cf. ARISTÓTELES, 2012, p. 109). Porém, conclui: “é evidente, então, que o perceber não é o mesmo que o entender” e “tampouco o pensar [...] é o mesmo que o perceber” (2012, p. 109-110). E após argumentar que a percepção ou sensação é diferente do pensar e do pensamento, pontua: “a imaginação é algo diverso tanto da percepção sensível [sensação] como do raciocínio; mas a imaginação não ocorre sem percepção sensível e tampouco sem a imaginação ocorrem suposições.” (ARISTÓTELES, 2012, p. 110; *DA III 3*, 427b 14-16: φαντασία γὰρ ἕτερον καὶ αἰσθήσεως καὶ διανοίας, αὕτη τε οὐ γίγνεται ἄνευ (15) αἰσθήσεως, καὶ ἄνευ ταύτης οὐκ ἔστιν ὑπόληψις). O trecho é suficiente para demonstrar a posição epistemológica da imaginação, qual seja, entre a sensação e o pensamento raciocinativo. Mas teremos que desenvolvê-la afim de deixar a passagem mais clara para o leitor não familiarizado com a filosofia aristotélica.

Vejamos primeiro as quatro afirmações contidas no trecho dado acima. As proposições são as seguintes:

⁷ Ver os excelentes artigos de Victor Caston (1998; 1999; 2009). Ver também a excelente tradução e comentário de Marco Zingano (1998). E o artigo de Benardete (1975).

⁸ Aristóteles inicia o exame da faculdade intelectual ou de pensamento no *DA III 4*, indo até o *III 6*. A imaginação é também tratada e mencionada em outros capítulos do livro III do *DA*, mas nesse trabalho nos ateremos apenas ao capítulo 3.



1. A imaginação não é o mesmo que a sensação (ou percepção sensível)
2. A imaginação difere também do raciocínio (*διανοία* / *dianoias*)
3. A imaginação não ocorre sem a sensação
4. Sem imaginação não pode haver suposição (*ὑπόληψις* / *hypolêpsis*)

Dessas afirmações, as duas primeiras visam diferenciar a imaginação das outras duas faculdades. E as duas últimas proposições visam posicionar a imaginação frente às duas referidas faculdades – a sensação e o raciocínio, no qual há a suposição.

As quatro proposições podem ser vistas como quatro conclusões a partir das quais Aristóteles passa a oferecer as premissas ao longo do texto de todo o capítulo 3, que são as razões com as quais se justifica afirmar tais conclusões. O filósofo começa diferenciando imaginação de pensamento e suposição. Em seguida diferencia a sensação da imaginação. Embora difícil, analisemos passo a passo algumas passagens.

A primeira delas é a seguinte (a partir da linha 427b16):

É evidente que a imaginação não é pensamento e suposição. Pois essa afecção depende de nós e do nosso querer (pois é possível que produzamos algo diante dos nossos olhos, tal como aqueles que, apoiando-se na memória, produzem imagens), e ter opinião não depende somente de nós, pois há necessidade de que ela seja falsa ou verdadeira. Além disso, quando temos a opinião de que algo é terrível ou pavoroso, de imediato compartilhamos a emoção, ocorrendo o mesmo quando é encorajador. Porém, se é pela imaginação, permanecemos como que contemplando em uma pintura coisas terríveis e encorajadoras. E há, aliás, as diferenças da própria suposição – ciência, opinião e entendimento, e os seus contrários –, mas devemos tratar disso num outro tratado. E a respeito do pensar, visto que ele é diverso do perceber, e com o ele parece ser por um lado imaginação, mas por outro concepção [*logos*], devemos tratar desta após termos definido a imaginação. (ARISTOTELES, 2012, p. 110)

A conclusão do argumento é dada logo de cara por uma proposição conjuntiva: “a imaginação não é pensamento e suposição”. Por quais razões? É o que ele desenvolve ao longo do trecho citado. Primeiro ele destaca porque imaginação não é pensamento:

1º) o pensamento é uma afecção (*pathos*) que depende de nosso querer, enquanto a imaginação depende da atividade da sensação, do movimento sensitivo. Aristóteles já havia afirmado que sem sensação não ocorre imaginação. Mas só depois ele irá desenvolver melhor as razões dessa conclusão, como nessa definição dada no final do capítulo 3: “Portanto, se nada mais tem os atributos mencionados, exceto a imaginação, e isto é o que foi dito, a imaginação será o movimento que ocorre pela atividade da percepção sensível” (ARISTOTELES, 2012, p. 113; *DA III 3*, 428b30). A definição é explícita: a imaginação é o movimento derivado da sensação; ou seja, um movimento de atualização



da potência imaginativa. Da mesma forma que no ato de perceber um objeto sensível esse último atualiza a potência sensoperceptiva, e isso constitui um movimento de atualização da potência sensível da alma, a partir desse movimento ocorre outro movimento: o da atualização da potência imaginativa. Os dados sensíveis produzidos pela afecção do objeto sensível externo nos sentidos corporais geram uma espécie de movimento de atualização da potência imaginativa. Ou seja, ao perceber um objeto sensível, dadas certas condições⁹, a imaginação produz, paralelamente a esse ato sensível, um movimento de atualização de sua potência na qual se tem como produto uma imagem. Essa imagem é a uma cópia formal do objeto sensível primário, por assim dizer. Daí porque para haver imaginação é necessário haver atividade sensitiva¹⁰. Mas embora essa atividade seja necessária, a mesma não é suficiente para produzir imagens (*phantasmata*), já que existem certas condições necessárias a tal ato. Estas condições, infelizmente não podem ser exploradas aqui, dado o espaço exíguo desse trabalho.

2º) como o pensamento depende do querer, podemos produzir imagens mentais, tais como algumas pessoas produzem imagens a partir da memória, com uma espécie de técnica de recordação;

Em seguida ele trata da diferença entre imaginação e opinião, que por sua vez é ligada à suposição, como veremos:

3º) “ter opinião não depende somente de nós, pois há necessidade de que ela seja falsa ou verdadeira”. Isso significa que a opinião depende de fatores externos a nós para terem a qualidade de verdadeira ou falsa. Uma opinião verdadeira é aquela que condiz com o estado das coisas: o juízo emitido concorda com o estado de coisas com os quais se afirma a opinião. Já na opinião falsa ocorre o contrário: a afirmação emitida não condiz com o estado de coisas da realidade para além da linguagem. Exemplo: opino que o cavalo de Sócrates é branco, quando na verdade é marrom. Ora, o pensamento não depende de coisas externas, pois se pensa segundo o próprio querer, conforme Aristóteles enfatizara. Logo, se a imaginação depende do movimento sensitivo e o pensamento necessariamente, então a imaginação não é pensamento. Mas a opinião depende de dados sensíveis externos ao indivíduo e a imaginação depende da afecção de objetos sensíveis externos. Nesse caso, não seriam a mesma coisa: imaginação e opinião? Aristóteles responde: não! Pela razão de que: “quando temos a opinião de que algo é terrível ou pavoroso, de imediato compartilhamos a emoção,

⁹ Aristóteles explicará melhor estas condições em outros tratados no *Parva Naturalia* (2012).

¹⁰ O argumento é dado pelo próprio Aristóteles na linha 428b 10, do *DA* III 3: “Mas, uma vez que é possível que, uma coisa tendo se movido, outra coisa seja movida por ela, e já que a imaginação parece ser um certo movimento e não ocorrer sem percepção sensível — mas apenas naqueles que têm percepção sensível e a respeito daquilo de que há percepção sensível —, e já que é possível que o movimento ocorra pela atividade da percepção sensível e há a necessidade de ele ser semelhante à percepção sensível, este movimento não poderia ocorrer sem percepção sensível [...]”.



ocorrendo o mesmo quando é encorajador. Porém, se é pela imaginação, permanecemos como que contemplando em uma pintura coisas terríveis e encorajadoras”. A distinção aqui é mais clara: um ente imaginado é diferente em força de um ente dado a partir de uma simples opinião. No primeiro caso contemplamos o ente imaginado como sendo uma pintura. No segundo caso já ocorre emoção. Afinal, aquele que opina com convicção sobre algo traz a emoção da convicção que a acompanha essa opinião.

Em seguida à breve distinção entre imaginação, pensamento e opinião, Aristóteles trata da suposição (*hypolêpsis*), afinal, ele afirmara que a imaginação não é suposição. O trecho da citação supracitada diz: “E há, aliás, as diferenças da própria suposição – ciência, opinião e entendimento, e os seus contrários –, mas devemos tratar disso num outro tratado.” (427b24-27). Mas em que consiste a suposição?

Segundo Felipe Pinto (2014, p. 89),

O verbo composto *hypolambanô*, do qual provém *hypolêpsis*, comporta, desde Homero até época clássica, uma dupla referência do prefixo *hypo-*, espacial e temporal, significando tanto o “tomar por baixo”, “encarregar-se”, “tomar algo como ponto de partida”, quanto “tomar de súbito”. Em Aristóteles, mantida essa dupla referência, o termo *hypolêpsis* flertará ora implícita, ora explicitamente com a noção de *pistis*.

Pode-se perguntar: em que a suposição (*hypolêpsis*) flerta com crença (*pistis*)? A relação entre *pistis* e *hypolêpsis* é colocada implicitamente no próprio *DA III 3*, na refutação que Aristóteles realiza no próprio *DA III 3*, quando da definição platônica da *phantasia* como um produto da *doxa*: “[...] também podem aparecer imagens [φαίνεται] falsas, das quais temos ao mesmo tempo uma suposição verdadeira [ὑπόληψιν ἀληθῆ]” (428b 2-3) – como, por exemplo, enxergarmos o sol do tamanho de um pé e guardarmos a crença de que o sol é, contudo, maior que a Terra.

Além do trecho acima dado no *De Anima III 3*, Aristóteles relaciona *hypolêpsis*, *epistêmê* e *doxa*, agora no contexto do silogismo prático, no *DA III 11*: “uma premissa é suposição [ὑπόληψις] e enunciado [λόγος] do universal, e a outra, do particular” (434a 16-17: ἐπεὶ δ’ ἡ μὲν καθόλου ὑπόληψις καὶ λόγος, ἡ δὲ τοῦ καθ’ ἕκαστον). Esta relação com o universal talvez autorize a tradução de *hypolêpsis* como “concepção” ou “julgamento”, uma concepção que pode ser tomada como enunciado universal em um silogismo prático. E é exatamente por conter *hypolêpsis* que o silogismo é prático, pois o campo prático é contingente, envolve opiniões, crenças, portanto, *hypolêpsis*.

Resta ainda entender em que medida a *hypolêpsis* depende da *phantasia* para que a primeira ocorra. Em todo caso, conforme diz o trecho do *DA III 3*, sem *phantasia* não ocorre *epistêmê*, *doxa*



ou *phronêsis*, que são tipos de *hypolêpsis*. A passagem do *DA III 3* apenas menciona que sem imaginação não há suposição (*hypolêpsis*), pois que, afinal, a imaginação é base necessária para a ocorrência dessas suposições (disposições, julgamentos ou concepções, conforme a tradução adotada que se queira); bem como do desejo, do movimento locomotivo dos animais e de outras potências da alma. Nesse caso, a imaginação aparece como uma instância psíquica e anímica fundamental no sistema aristotélico. Sem imaginação não pode ocorrer pensamento, nem desejo, nem movimento locomotivo (que depende do desejo), nem qualquer tipo de raciocínio ou suposição.

Após diferenciar, com vários argumentos contra seu mestre Platão, que a imaginação não pode ser confundida com opinião (*doxa*), Aristóteles passa a diferenciar a imaginação da sensação. Analisa-se agora o trecho no qual Aristóteles diferencia claramente a sensação da imaginação. Em *DA III 3*, linhas 428a 5-15, Aristóteles afirma:

Que a imaginação não é percepção sensível, é evidente a partir disto: pois [1] a percepção sensível [sentido] é ou uma potência como a visão ou uma atividade como o ato de ver; mas algo pode aparecer para nós mesmo quando nenhuma delas subsiste — como, por exemplo, as coisas em sonhos. [2] Além disso, a percepção sensível está sempre presente [disponível], mas não a imaginação. E se ela [a imaginação] fosse o mesmo que a percepção sensível em atividade, então seria possível subsistir imaginação em todas as feras [bestas]; mas não parece ser assim, por exemplo, nas formigas, [nas] abelhas e [nos] vermes (sic). [3] Depois, as percepções sensíveis são sempre verdadeiras e a maioria das imaginações é falsa. Além disso, quando estamos em atividade acurada no que concerne a um objeto perceptível, não dizemos que ele aparenta ser um homem, mas antes quando não o percebemos claramente. É neste caso que a percepção seria verdadeira ou falsa. [4] E, como já dissemos, imagens aparecem para nós mesmo de olhos fechados. (ARISTÓTELES, 2012, p. 111) [numeração do autor]

Podemos extrair da passagem acima quatro razões distintas, embora mutuamente implicadas, que depõem contra a igualdade entre imaginação e sensação, conforme os predecessores de Aristóteles o fizeram. Antes, porém, queremos comentar uma proposição que antecede o trecho apresentado, que, se não esclarecido, pode levar a uma possível contradição do autor.

Como condição inicial e ao mesmo tempo conclusão geral do argumento presente no trecho apresentado, Aristóteles fornece a seguinte proposição: imaginação [*phantasia*] e sensação são distintas, embora a imaginação não ocorra sem sensação (ARISTÓTELES, 2012, p. 110; *DA III, 3*, 427b14-16). Ora, em que medida a imaginação não pode ocorrer sem a sensação? Esse “não ocorre” pode ser entendido como “não é posta em atividade”, o que significa que, sem a sensação, a



imaginação não é posta em atividade, no sentido de elaborar ou produzir imagens, conforme explicamos mais acima.

É preciso também ressaltar que a imagem (*phantasma*), produto da imaginação dado a partir de uma impressão sensível, não se confunde com a própria coisa, o objeto externo sensível; da mesma forma que não se reduz a meras imagens visíveis - conforme pensam alguns filósofos modernos. Em Aristóteles, todo objeto sensível pode ser retido na alma sob a forma de uma imagem (*phantasma*), isto é, enquanto aparição sem matéria. Diz-se “sem matéria” porque ao se perceber uma pedra, por exemplo, a alma não retém a própria pedra em sua faculdade sensoperceptiva. A alma apreende apenas o seu *eîdos*, sua forma, o aspecto formal da coisa. Contudo, como a pedra constitui algo sensível, a forma sensível da pedra, apreendida pelo sentido, deve conter, em si e ao mesmo tempo, as características materiais dessa pedra. Tais características encontram-se presentes nas imagens produzidas pela imaginação, que por sua vez derivam, por assim dizer, do trabalho/movimento da sensação. Em *Parva Naturalia* (2012), no *De memoria* 1 (450a10), Aristóteles afirma que “a imagem é uma afecção¹¹ da faculdade sensorial comum”. Essas imagens, explica Aristóteles, “são como sensações presentes sem a matéria” (*DA* III 8, 432a8-9). Em outras palavras, as imagens trariam a forma sensível da pedra. Daí porque “a imaginação parece consistir em um movimento que não se produz se não existe sensação” (*DA* III 3, 428b12-13). Por essa razão, sem sensação não ocorre imaginação (*phantasia*).

Podemos passar agora às razões com as quais Aristóteles distingue imaginação de sensação.

A *primeira razão* diz respeito à distinção fundamental entre a sensação em ato ou potência e a imaginação. O exemplo clássico fornecido por Aristóteles é o da vista e da visão: a primeira (a vista) é enquanto potência, e a segunda (a visão) é enquanto ato (ação de ver, atividade de enxergar um objeto visível). Por outro lado - contrapõe Aristóteles -, uma imagem pode apresentar-se nos sonhos sem que se dê nem como sensação em ato, nem como sensação em potência (*DA* III, 3, 428a6-8). O trecho ao mesmo tempo que diferencia *aisthesis* e *phantasia* parece apontar para uma característica fundamental da imaginação, qual seja, a sua “internalidade” (não *subjetividade* ou *interioridade*). Enquanto os sentidos trabalham com sensíveis presentes, disponíveis à percepção, e nesse caso podem ser pensados como externos, a imaginação pode operar com sensíveis ausentes, apenas com as imagens desses sensíveis impressas na alma, portanto, não mais presentes aos sentidos.

Por outro lado, a passagem também remete a outra característica: a da *intemporalidade* da imaginação, que tanto pode trabalhar com imagens passadas, presentes ou futuras, produzindo-as num

¹¹ David Ross (1987, p. 103) utiliza a palavra “fenômeno” em vez de “afecção”.



contexto intemporal ou “livremente temporal” [livre da temporalidade] (CAPPELLETTI, 1980, p. 115). Essa característica difere a imaginação da memória, que trabalha com imagens sempre relacionadas ao passado, embora igualmente tida como um *sentido interno*, ao lado da imaginação (cf. ARISTÓTELES, *De la memoria y el recuerdo* 1, 450a23).

A *segunda razão* concerne à *disponibilidade* da faculdade. Enquanto a sensação indiscutivelmente está sempre disponível nos animais em geral, a imaginação não ocorre, por exemplo, nas abelhas, formigas e vermes (*DA III 3, 428a9*). Em outras palavras, nem todo animal parece dispor, segundo Aristóteles, da imaginação tal como dispõe dos sentidos e sensação. Essa “indisponibilidade” da imaginação em certos animais, nesse caso, seria outra distinção da sensação, cujos sentidos estão sempre à disposição dos animais.

A *terceira razão* diz respeito à verdade ou erro relacionados às potências da alma. Aristóteles afirma que “as sensações são sempre verdadeiras, enquanto as imagens são em sua maioria falsas” (*DA III, 3, 428a12*). Pergunta-se: em que sentido as sensações são sempre verdadeiras e as imagens frequentemente falsas? A explicação é dada pelo próprio Aristóteles na seguinte passagem:

[...] quando a nossa percepção do objeto sensível é exata, não podemos dizer “imagino que é um homem”; antes, podemos dizê-lo quando não percebemos claramente. É então quando se dão as sensações verdadeiras e falsas. (ARISTÓTELES, 1978, p. 226; *DA III 3, 428a13-17*)

Podemos resumir assim: dadas certas condições necessárias a uma percepção sensível exata da coisa percebida, a sensação é sempre verdadeira. Havendo qualquer grau de dificuldade ou inexatidão da percepção – como distância, obscuridade ou embriaguez por exemplo –, pode-se errar no ato de perceber. Some-se a estas dificuldades a conjunção de outras faculdades, tais como memória e imaginação. O indivíduo pode errar no ato perceptivo e assim haver falsidade de sua percepção. Embora a sensação carregue em si a possibilidade inata de discriminar seus próprios objetos, pois nenhum animal, por exemplo, confunde um objeto físico com outro animal, para além dessa percepção primária há outros fatores que podem interferir na percepção do sujeito, mesmo porque se acrescenta a esta percepção um julgamento sobre a coisa percebida. Nesse caso, esta “percepção segunda” ou “mais complexa” (percepção da coisa mais juízo sobre a coisa) tanto pode ser falsa como verdadeira. Nesse caso haveria o problema da verdade relacionada à correspondência entre a percepção e o percebido.

Para além disso, imaginar algo ausente não é o mesmo que perceber algo presente. Podemos imaginar um objeto que havíamos percebido no passado e errar sobre ele ao associá-lo a outros



registros imaginativos e mnemônicos. Ao ouvir um som, por exemplo, podemos imaginar determinada melodia que trazemos já gravada na memória. Os dados apreendidos e fixados na alma podem ser associados a uma percepção, embora uma percepção de x seja sempre percepção de x. Ou seja, tomando-se do mesmo exemplo do som, primariamente não diremos se tratar de uma cor ou de um sabor, mas simplesmente de um som. Isso porque a percepção de um som (discriminada pela audição) será sempre percepção de um som e não outra coisa; da mesma forma a visão discriminará percepções visuais – a cor percebida pelos olhos será sempre uma cor e não outra coisa, como um som, por exemplo –, pois esse tipo de sensíveis são próprios e, conforme expressão aristotélica, percebidos propriamente. Daí a explicação dada por Aristóteles em outra passagem:

Em primeiro lugar, a percepção dos sensíveis próprios é verdadeira, ou ao menos encerra um mínimo de falsidade. Em segundo lugar, encontra-se a percepção do “sujeito” de que tais qualidades são acidentes; já neste [caso] cabe equivocar-se: com efeito, não se equivocará [quanto a] se é branco, mas se pode equivocarse [quanto a] se o branco é tal coisa ou outra. (ARISTÓTELES, 2012, p. 112; DA III, 3, 428b17-21)

A passagem apenas reforça que uma percepção própria, em si mesma e em certas condições normais e favoráveis, pode ser sempre verdadeira. Enquanto uma percepção julgada *a posteriori* e em condições outras, estará sujeita ao erro. Portanto, na concepção aristotélica, a sensação em si e em certas condições adequadas não erra, enquanto a imaginação, por lidar com representações imagéticas, pode geralmente se equivocar.

Na *quarta* e última razão, Aristóteles volta ao *caráter de internalidade* da imaginação já mencionado na primeira razão: “imagens aparecem para nós mesmo de olhos fechados” (DA III, 3, 428a15). Aristóteles parece enfatizar aqui o papel da *imaginação* independente de se estar percebendo em ato. Por exemplo: uma coisa vista certamente envolveu certa objetividade do ato de enxergar certas características sensíveis da coisa. Mas aquilo da coisa que permaneceu como imagem na alma pode ser trabalhada pela imaginação em um tempo não necessariamente presente, dado seu grau de internalidade. Portanto, mesmo que o movimento imaginativo derive de um móvel sensível inicial, a imaginação trabalha com relativa independência da sensação, pois trabalha internamente com imagens que trazem as formas sensíveis ou inteligíveis dos objetos sensíveis ou inteligíveis – no caso do pensamento. Ou seja, *a imaginação pode operar sem sensação, embora a partir de dados sensíveis*. Isso significa que os dados sensíveis fornecidos pela sensação, impressos na memória e retidos como imagens, uma vez fixados na alma, podem ser trabalhados pela imaginação a qualquer



tempo. Principalmente quando se trata do pensamento. Nesse sentido a imaginação passa a ser uma faculdade independente da sensação e um meio para o pensamento.

Esta característica da imaginação não deixa de ser uma de suas características fortes, pois delimita a operação básica e fundamental da imaginação, qual seja, o de fornecer imagens para o pensamento pensar os seus objetos (inteligíveis), cujas imagens foram extraídas por sua vez da sensação em algum tempo e de algum modo (próprio, comum ou por acidente).

Considerações finais

Encontramos em muitos manuais de filosofia a teimosa etiqueta de um Aristóteles empirista, apontando para o chão do mundo, quase sempre em contraposição ao seu mestre Platão – que no caso seria um idealista-racionalista, apontando para um mundo ideal. Trata-se de um erro tanto cronológico quanto epistemológico. Cronológico, porque o empirismo propriamente dito nasce na modernidade. Epistemológico porque Aristóteles foi uma espécie de mediador entre tantas escolas filosóficas presentes em sua época. Aristóteles sempre buscou mediar concepções extremistas de sua época – como o atomismo de Demócrito e o idealismo de Platão, por exemplo. Embora em alguma medida Aristóteles conceba as imagens mentais dependentes da percepção sensível conforme vimos, sua doutrina difere muito da doutrina do empirismo, para o qual todo e qualquer conhecimento tem como fonte *apenas* a experiência. Ora, para Aristóteles, o pensamento, o intelecto, é fonte fundamental do verdadeiro conhecimento. Mas o material empírico das imagens é determinado pela imaginação, no sentido de que esta faculdade extrai uma cópia dos dados sensíveis impressos na alma (o *aisthêma*). De tal forma que, em Aristóteles, não há como se ter conhecimento, em sentido forte (como *epistêmê*), apenas com experiência ou com base exclusiva nos sentidos.

Os trechos das passagens do *DA* III 3 esclarecem a posição epistemológica dada por seu autor: a imaginação é uma potência que opera entre duas outras faculdades anímicas: a sensação, de um lado, e o pensamento, de outro. Enquanto todo animal possui sensação ou sensibilidade para perceber e ser afetado por objetos sensíveis, apenas os seres humanos trazem o *logos*, a razão, a capacidade de pensar (*nôus*), cujo produto direto é o pensamento. E se a imaginação não é sensação, nem opinião, nem suposição ou pensamento, ela possui uma instância psíquica própria e de direito; um “lugar” na alma que opera entre a sensação e o pensamento. Fica assim demonstrado o lugar epistemológico da imaginação, segundo Aristóteles.



Referências

AGGIO, Juliana O. A percepção como um tipo de alteração segundo Aristóteles. In: *Argumentos*, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2009, pp. 13-22. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3494/1/2009_Art_JAggio.pdf

AGGIO, Juliana O. *Conhecimento perceptivo segundo Aristóteles*. Dissertação (mestrado) – Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-10012008-114644/pt-br.php>

AGGIO, Juliana O. Teoria da percepção segundo Aristóteles. *Kalagatos: Revista de Filosofia*, Fortaleza, CE, v. 4, n. 8, 2007, pp. 129-142. Disponível em: https://www.academia.edu/34023023/TEORIA_DA_PERCEP%C3%87%C3%83O_SEGUNDO_A_RIST%C3%93TELES

ARISTÓTELES. *Acerca del alma*. Introducción, traducción y notas de Tomas Calvo Martínez. 1. ed. Madri: Editorial Gredos, 1978.

ARISTÓTELES. *De Anima*. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.

ARISTÓTELES. *De Anima* I-III (trechos). Tradução de Lucas Angioni. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. *De Anima*. Tradução de Ronald Polansky. Cambridge: University Press, 1992.

_____. *De Anima*. Tradução, introdução e notas de David W. Hamlyn. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. *De Anima*. Tradução, introdução e notas de R. D. Hicks. Cambridge: Cambridge University Press, 1907.

_____. *On the Soul, Parva Naturalia, On Breath*. Tradução de W. S. Hett. Cambridge and London: Harvard University Press, 1957. [Aristotle Volume VIII – Loeb Classical Library 288]

_____. *Sobre a Alma*. Tradução de Ana Maria Loio. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010. [Coleção Obras Completas de Aristóteles, Volume III, Tomo I]

ARISTÓTELES. *De sensu and De memoria and Recollection*. Tradução de J. R. T. Ross. Cambridge: University Press, 1906.

ARISTÓTELES. *Del sentido y lo sensible; De la memoria y el recuerdo*. Traducción del griego y prólogo de Francisco de P. Samaranch. Madrid: Edit. Aguilar, 1966.

ARISTÓTELES. *Parva Naturalia*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

BAILLY, Anatole. *Le Grand Bailly: Dictionnaire Grec-Français*. Paris: Hachette, 2000.



- BOERI, Marcelo D. Αἰσθησις em Aristóteles: a propósito de *De Anima* II 5;12. *Revista Latinoamericana de Filosofia*, Universidad Alberto Hurtado, Chile, 2010, pp. 179-203.
- BENARDETE, Seth. “Aristotle, *De Anima* III.3-5”. *The Review of Metaphysics*, Philosophy Education Society Inc, v. 28, n. 4, 1975. Disponível em: https://www.pdcnet.org/revmetaph/content/revmetaph_1975_0028_0004_0611_0622
- BURNYEAT, Miles F. “De Anima” II 5. *Phronesis*, Koninklijke Brill NV, Leiden, v. 47, n. 1, 2002, p. 28-90.
- CAPPELLETTI, A. J. *La teoria aristotelica de la fantasia*. Rev. Fil. Univ. Costa Rica, v. 18, n. 48, 1980.
- CASTON, V. “Aristotle and the Problem of Intentionality.” *Philosophy and Phenomenological Research* 63, n. 2, 1998, p. 249-298. Disponível em: <http://people.exeter.ac.uk/sp344/JSTOR%20Caston,%20V.%20-%20Aristotle%20and%20the%20problem%20of%20intentionality.pdf>
- CASTON, V. “Φαντασία and Thought”. In: *Blackwell Companion to Aristotle*, ed. G. Anagnostopoulos, 322-334. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.
- CASTON, Victor. Aristotle’s Two Intellects: A Modest Proposal. *Phronesis*, Leiden, Koninklijke Brill NV, v. 44, n. 3, 1999, p. 199-227. Disponível em: https://brill.com/view/journals/phro/44/3/article-p199_3.xml?language=en
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto II – Domínios do Homem*. Tradução de Jose Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DESCARTES, R. “Discurso do método”. In: _____. *Obras escolhidas*. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Difel, 1962.
- FABRO, Cornelio. *Percepcion y pensamiento*. Tradução e introdução de Juan Francisco Lisón Buendía. Pamplona: EUNSA, 1978.
- FERREIRA, Vitor Duarte. *Percepção e imaginação em Aristóteles*. Dissertação (mestrado) – Departamento de Filosofia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2017. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/FERPEI-9v1>
- GOMES DOS REIS, Maria Cecília. Aristóteles, *De Anima*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.
- HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. Tradução de Leonardo Vallandro. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.



LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PINTO, Felipe Gonçalves. *O conceito aristotélico de phantasia*. Rio de Janeiro, 2014. Tese de Doutorado em Filosofia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PLATÃO. *A República*. Vol. 1. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

ROSS, Sir. David. *Aristóteles*. Tradução de Luís Filipe Bragança S. S. Teixeira. 1. ed. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1987.

ZINGANO, M. *Razão e sensibilidade em Aristóteles: um ensaio sobre De anima III 4-5*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

Recebido: 05/02/2021

Aceito: 19/03/2021